

# P A C

## REGULATÓRIO

### 2021



*REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA*

*CONTADOR*

*CRC: 1SP198857/O-2*

## **MISSÃO, VISÃO e VALORES**

### **MISSÃO**

**Distribuir energia elétrica para os associados e consumidores com qualidade e ótimo atendimento, fortalecendo o cooperativismo.**

### **VISÃO**

**Ser referência pela excelência na prestação de serviços, distribuição e geração de energia elétrica.**

### **VALORES**

- **Associados e colaboradores**
- **Excelência em serviços e distribuição de energia elétrica**
- **Ética**
- **Transparência**
- **Responsabilidade social**
- **Desenvolvimento regional e meio ambiente**

### **DIRETORIA 2021**

#### **Conselho de Administração**

Laurindo Pereira Pinto	Presidente
João Koga	Vice-Presidente
Rosalina de Araújo Maria	Secretária
Maria do Carmo Chelist Miras	Diretor Vogal
Marco Antônio Machado	Diretor Vogal
Henrique Cirilo	Diretor Vogal
Marcio Weiss	Diretor Vogal

#### **Conselho Fiscal**

Marco Aurélio da Costa Soares	Conselheiro Titular
Marcelo Eleutério	Conselheiro Titular
Audir Canevari	Conselheiro Titular
Mario Daniel do Amaral	Conselheiro Suplente
Clóvis Vaz de Lima	Conselheiro Suplente
Eduardo Rodrigues Barbosa	Conselheiro Suplente

## Sumário

<b>Carta do Presidente .....</b>	<b>4</b>
<b>Carta do Contador .....</b>	<b>5</b>
<b>Carta do Engenheiro.....</b>	<b>6</b>
<b>Cenário.....</b>	<b>7</b>
<b>Desempenho econômico-financeiro .....</b>	<b>13</b>
<b>Gestão.....</b>	<b>18</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>20</b>
<b>Balanco Patrimonial Regulatório .....</b>	<b>21</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório .....</b>	<b>23</b>
<b>Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Regulatório .....</b>	<b>25</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório.....</b>	<b>26</b>
<b>Notas Explicativas Regulatórias .....</b>	<b>27</b>
<b>Parecer do Conselho de Fiscal .....</b>	<b>67</b>
<b>Parecer dos Auditores Independentes Regulatório .....</b>	<b>68</b>

## **Senhoras e Senhores Cooperados Quotistas,**

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Vale salientar que os números aqui apresentados, foram apurados de acordo com os procedimentos determinados pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, divergindo, em algumas situações, dos números apresentados no Relatório da Administração e Balanço Societário.

## **Carta do Presidente**

No Cinquentenário da CERIS – 50 anos iluminando, 2021 foi o quarto ano desta gestão na permissionária CERIS.

Esta cooperativa presta serviço de distribuição de energia no setor elétrico que é regulado pela ANEEL e continuamos com bons índices de satisfação do cliente.

Mesmo diante das dificuldades de um ano atípico devido a pandemia, seguimos investindo na melhoria da infraestrutura de trabalho, bem como cumprimos o PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição ultrapassando um milhão de reais, que envolve investimento, manutenção e melhoria nas redes, visando à diminuição contínua do número de ocorrências de falta de energia advindas de eventos da natureza.

Com 234 ligações novas executadas, atingiu-se a marca de 6.421 unidades consumidoras.

Em resumo, nos últimos anos tivemos uma evolução nos investimentos nas redes e na infraestrutura de trabalho, bem como nas sobras que têm dado mais segurança financeira à CERIS.

Cooperativismo buscando excelência na distribuição de energia através da melhoria contínua com responsabilidade regulatória, social, fiscal e ambiental.

Em 2022, desejo que a CERIS continue trilhando os melhores caminhos. Que Deus continue abençoando a todos.

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

## **Carta do Contador**

*“Divide as dificuldades que tenhas de examinar em tantas partes quantas for possível para uma melhor solução.”*

*René Descartes*

Apresento as Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal do Exercício de 2021, as quais trazem toda a movimentação Patrimonial, Econômica e Financeira desta Cooperativa Permissionária, de forma a subsidiar seus Cooperados, Usuários, Governo e Sociedade em geral em suas decisões.

Cabe, porém, tecer alguns comentários a respeito dos resultados alcançados.

A Cooperativas apresentou resultados totalmente divergentes quando comparamos a movimentação Regulatória da Societária, onde a primeira foi bem menor que a segunda e ainda menores se confrontados com os anos anteriores.

Vejo como razão, além das medidas tomadas durante o período pandêmico do Coronavírus, o aumento dos custos no Setor Energético, devido à adoção de políticas ineficientes e a falta investimentos para o enfrentamentos de eventos adversos como o que atravessamos, me refiro a Escassez Hídrica, que obrigou a contratação de geração térmica, que aumentou as tarifas de energia dos consumidores, ocasionando um aumento percentual de inadimplentes, fazendo com que as Distribuidoras lançassem mão de suas reservas ou buscando recursos junto a instituições financeiras a juros altos.

Mesmo assim a CERIS ainda pode manter uma boa saúde financeira, sem que tivesse que cortar investimentos na melhoria da sua rede de distribuição ou reduzir benefícios a seus colaboradores.

Tal cenário portanto pode ser observado das Demonstrações Contábeis e Financeiras anexas.

Agradeço a DEUS por mais um ano, e que os próximos sejam de RENOVAÇÃO para todos.

São Lourenço da Serra – SP, 04/2022

**Regivaldo das Virgens Silva**

**Contador**

**CRC: 1SP198857/O-2**

## **Carta do Engenheiro**

No ano de 2021 tivemos a continuidade da pandemia do coronavírus com as novas variantes, porém, foi o ano de tomarmos primeira, segunda doses e reforço das vacinas, o que eliminou o afastamento dos colaboradores pela infecção do vírus, ou seja, o último funcionário afastado foi durante a primeira dose. Considerando o período de 2020 e até aplicação da primeira dose, tivemos 22% do quadro de funcionários confirmado de terem contraído o vírus, sendo na maioria recuperados em isolamento domiciliar. Outro fato a citar é que além das vacinas, houve a conscientização dos colaboradores do uso das máscaras, higienização das mãos com álcool gel, quando possível água e sabão. Com isso, permitiu assegurar o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, bem como, em atender aos pedidos de ligação da mesma, com recordes no número de solicitações dependente de obra na rede.

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra – CERIS, recebe energia elétrica através de 15 pontos de conexões com a Supridora ENEL (ELETROPAULO) e distribui energia para uma região predominantemente rural com uma área de permissão de 235,64 Km<sup>2</sup>, que abrange parte dos municípios de Embu Guaçu, Juquitiba, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e São Paulo. Atuamos fortemente na melhoria/manutenção das nossas redes, nas podas de árvores e na manutenção da faixa sobre a rede primária e secundária. Reafirmando assim o nosso compromisso com a qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica.

É com grande satisfação que parablenizo a família CERIS pelo empenho e dedicação em atender o Plano de Investimento, compromissado no início de 2021, bem como, o atendimento das solicitações de ligações de energia elétrica no prazo estabelecido pelo órgão regulador.

Geraldo Yasuo Yoshitake

Gerente de Distribuição de Energia Elétrica

## Cenário

A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra atua no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase cinco décadas de existência.

A CERIS distribui energia elétrica na área definida pela poligonal, nos municípios de São Lourenço da Serra, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, Juititaba e pequena parte de São Paulo, zona urbana e parte da zona rural. Atualmente, possui 6.421 consumidores divididos em 23% de consumidores urbanos e 77% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

- Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2021, 234 novas ligações, sendo 228 Residenciais, 1 Iluminação Pública, 4 Comercial, 1 industrial, totalizando 6.421 consumidores atendidos.
- Comportamento do Mercado - A CERIS não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da AES Eletropaulo S/A, atual ENEL Energia e participação do Programa Governamental PROINFA

## Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica para os municípios de Embu Guaçu, Itapecerica Serra, Juititaba, São Lourenço da Serra e São Paulo. Não atendemos nenhum consumidor livre dentro de nossa área de Permissão.

## Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	5.519	5.679	5.827	6.072	6.235
Comercial	83	82	85	87	88
Industrial	1	-	-	-	1
Rural	33	39	42	41	42
Poderes Públicos	21	19	18	18	18
Iluminação Pública	32	33	34	34	36
Serviço Público	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>5.690</b>	<b>5.853</b>	<b>6.007</b>	<b>6.253</b>	<b>6.421</b>
<b>Varição</b>	<b>7,10%</b>	<b>2,86%</b>	<b>2,63%</b>	<b>4,10%</b>	<b>2,69%</b>

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra, no ano 2021, foi de 16,32 GWh, tendo apresentado uma redução de 2,80% em relação a 2020.

As classes que tiveram maiores variações positivas em 2021 foram: Industrial com 100%, sendo que havia apenas 1 (hum) consumidor em 2020 e a de Iluminação Pública com 3,59%

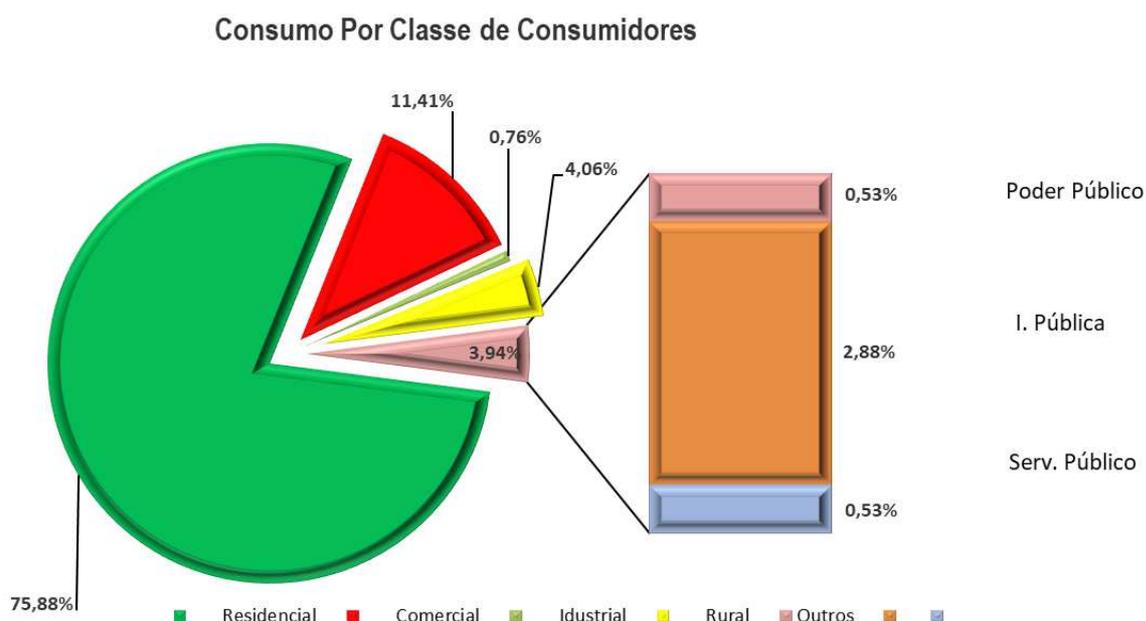
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

### Mercado Atendido

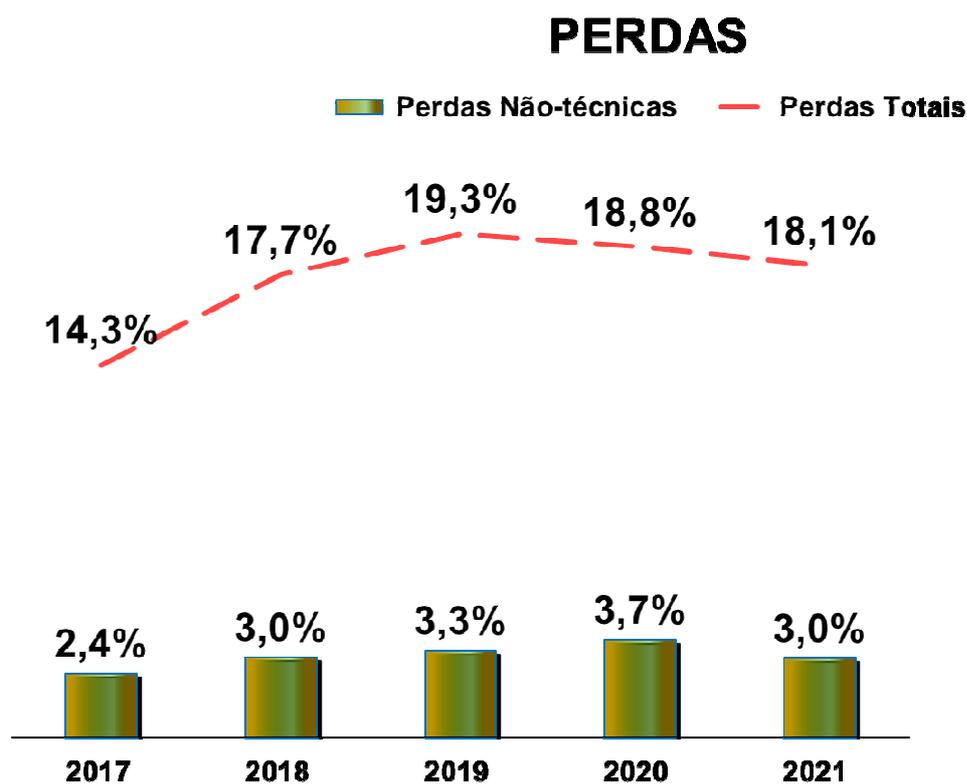
### Balço Energético

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Energia Faturada</b>	<b>16,10</b>	<b>15,92</b>	<b>15,94</b>	<b>16,79</b>	<b>16,32</b>
Fornecimento	16,10	15,92	15,94	16,79	16,32
Residencial	12,36	12,26	12,24	13,08	12,90
Comercial	2,43	2,37	2,38	2,27	1,93
Industrial	0,05	-	-	-	0,13
Rural	0,68	0,71	0,76	0,80	0,69
Poderes Públicos	0,16	0,16	0,02	0,08	0,09
Iluminação Pública	0,42	0,42	0,46	0,47	0,49
Serviço Público	-	-	0,08	0,09	0,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Dstribuição</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16,10</b>	<b>15,92</b>	<b>15,94</b>	<b>16,79</b>	<b>16,32</b>
<b>Variação</b>	<b>1,13%</b>	<b>-1,12%</b>	<b>0,09%</b>	<b>5,37%</b>	<b>-2,80%</b>



As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma queda de (0,07)% em 2021 em relação a 2020

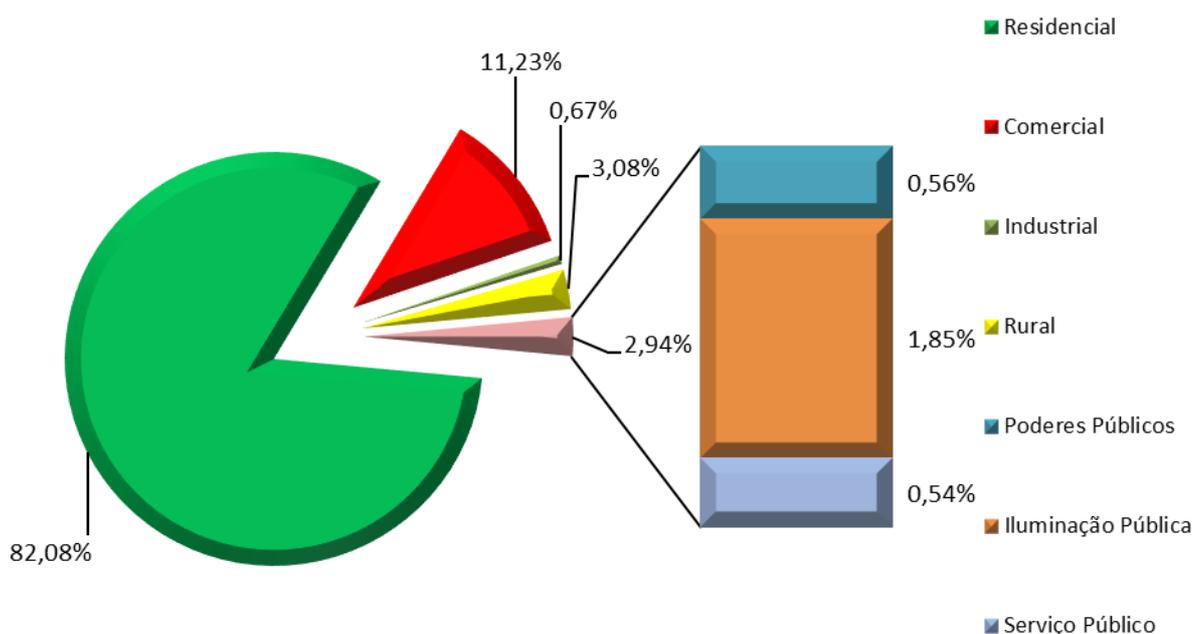
<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Venda de Energia	16,10	15,94	16,07	16,79	16,32
- Fornecimento	16,10	15,94	16,07	16,79	16,32
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>16,10</b>	<b>15,94</b>	<b>16,07</b>	<b>16,79</b>	<b>16,32</b>
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	2,68	3,43	3,84	3,88	3,60
Perdas Técnicas	2,22	2,84	3,18	3,11	3,00
Perdas não Técnicas - PNT	0,46	0,59	0,66	0,77	0,60
PNT / Energia Requerida %	2,4%	3,0%	3,3%	3,7%	3,0%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>2,68</b>	<b>3,43</b>	<b>3,84</b>	<b>3,88</b>	<b>3,60</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>14,3%</b>	<b>17,7%</b>	<b>19,3%</b>	<b>18,8%</b>	<b>18,1%</b>
<b>Total</b>	<b>18,78</b>	<b>19,37</b>	<b>19,91</b>	<b>20,67</b>	<b>19,92</b>



**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS e BANDEIRAS, importou em R\$ 14.001,17 R\$/mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ Mil		
	2021	2020	%
Residencial	11.491,82	9.359,43	22,78%
Comercial	1.572,36	1.535,54	2,40%
Industrial	93,41	0,00	0,00%
Rural	431,54	361,46	19,39%
<b>Outros</b>	<b>412,03</b>	<b>300,56</b>	<b>37,09%</b>
Poderes Públicos	77,93	58,80	32,54%
Iluminação Pública	258,62	184,10	40,48%
Serviço Público	75,48	57,67	30,88%
<b>Total</b>	<b>14.001,17</b>	<b>11.557,00</b>	<b>21,15%</b>

## Receita líquida por classe de consumidores



**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021, apresentou um crescimento de 2,69% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de Consumidores		Var %
	2021	2020	
Residencial	6.235	6.072	2,68%
Comercial	88	87	1,15%
Industrial	1	0	0,00%
Rural	42	41	2,44%
<b>Outros</b>	<b>55</b>	<b>53</b>	<b>8,74%</b>
Poderes Públicos	18	17	5,88%
Iluminação Pública	36	35	2,86%
Serviço Público	1	1	0,00%
<b>Total</b>	<b>6.421</b>	<b>6.253</b>	<b>2,69%</b>

**Tarifas** - As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, após a realização do IRT ocorrida em 07/2021, são as relacionadas no quadro abaixo.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	722,29
Comercial	670,02
Industrial	574,16
Rural	625,59
Outros	507,38

Tarifa Baixa Renda por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Faixa de consumo	0 a 30	31 a 100	101 a 220	Acima 220
Tarifas Brutas	0,21692	0,37186	0,55778	0,61976

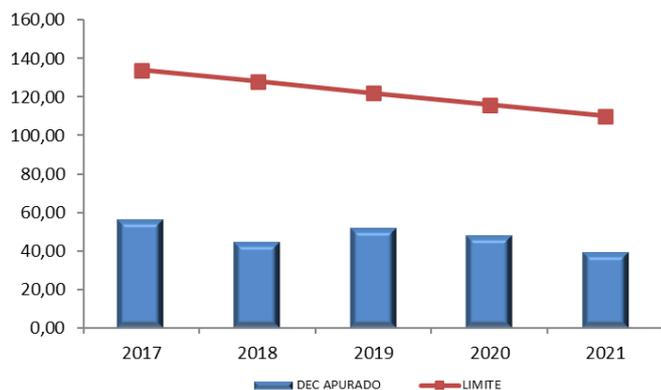
Segue abaixo valores de DMR – Diferença Mensal de Receita apuradas em 2021 referentes a aplicação de Tarifa Social Baixa Renda e a correspondente Fonte de Custeio.

Evolução Mensal por Distribuidora Ceris - 2021						
Referência	Número de Unidades Consumidoras			DMR - Diferença Mensal de Receita solicitada (R\$)	Fontes de Custeio da TSEE	
	Residencial Total	Baixa Renda	% Baixa Renda / Residencial		CDE (R\$)	TARIFA (R\$)
jan/21	6.116	112	1,83	3.297,23	3.297,23	0
fev/21	6.131	113	1,84	3.262,81	3.262,81	0
mar/21	6.127	115	1,88	3.330,17	3.330,17	0
abr/21	6.145	114	1,86	3.364,59	3.364,59	0
mai/21	6.156	116	1,88	3.349,89	3.349,89	0
jun/21	6.162	118	1,91	3.404,38	3.404,38	0
jul/21	6.177	125	2,02	3.547,41	3.547,41	0
ago/21	6.189	130	2,1	4.002,25	4.002,25	0
set/21	6.206	126	2,03	4.144,88	4.144,88	0
out/21	6.224	134	2,15	4.460,95	4.460,95	0
nov/21	6.226	147	2,36	4.847,66	4.847,66	0
dez/21	6.235	151	2,42	4.928,95	4.928,95	0
<b>TOTAL</b>				<b>45.941,17</b>	<b>45.941,17</b>	<b>0</b>

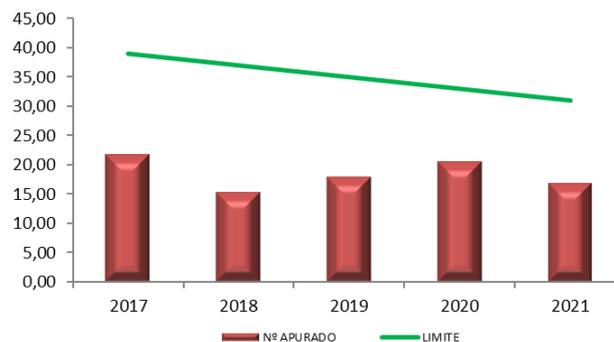
**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

LIMITES ANEEL	DEC	FEC	Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	134	39	2017	56,34	21,79	2,99
2018	128	37	2018	44,75	15,38	2,88
2019	122	35	2019	52,09	18,02	3,28
2020	116	33	2020	47,91	20,67	2,50
2021	110	31	2021	39,20	16,90	2,94

**DEC (Horas)**



**FEC (Interrupções)**



**Atendimento ao consumidor** - A Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios dos Municípios atendidos pela CERIS se encontram atendidos no que diz respeito ao fornecimento de Energia Elétrica.

### **Desempenho econômico-financeiro**

Em 2021, o lucro líquido societário foi de R\$745,74, contra R\$ 966,56 em 2020, uma variação negativa de (22,85%).

Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

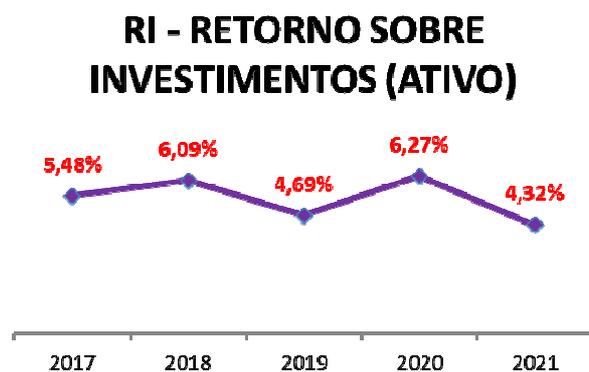
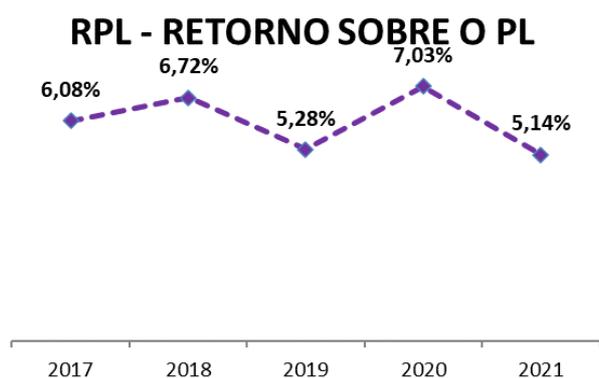
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo devesse seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

<b>RESULTADO SOCIETÁRIO:</b>	<b>R\$/mil 745,74</b>
<b>RESULTADO REGULATÓRIO:</b>	<b>R\$/mil 199,15</b>
<b>RESULTADO FISCAL:</b>	<b>R\$/mil 178,32</b>

A receita operacional líquida societária atingiu R\$/Mil 11.600,70, enquanto em 2020 situou-se em R\$/Mil 10.534,19.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$/Mil 7.591,63, 19,69% superiores em relação a 2020.

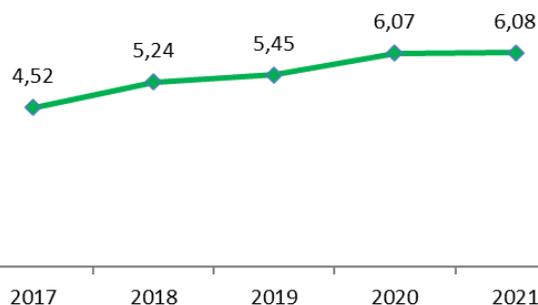
A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 5,14%. Segue alguns gráficos de indicadores Econômicos que demonstram a evolução da Cooperativa no período dos últimos 5 anos:



### LG - LIQUIDEZ GERAL



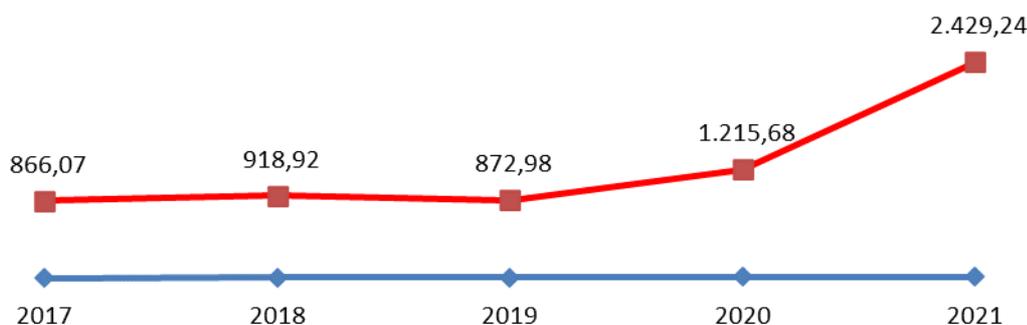
### LC - LIQUIDEZ CORRENTE



O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$/Mil 2.429,24, superior em 99,83% a 2020, que foi de R\$/Mil 1.215,68, conforme evolução abaixo:

Observamos que devido a mudanças na metodologia de cálculo do indicador determinado pela ANEEL, o valor do ano de 2021 ficou muito superior em relação ao ano anterior.

### EBTIDA ou LAJIDA (Regulatória)



#### Investimentos:

Em 2021, os investimentos da Companhia, importaram em R\$/mil 1.398,77, deste montante, R\$/Mil 1.023,47 foi aplicado diretamente no PDD projetado em 2020, para o ano de 2021. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 3.800,00 R\$/mil.

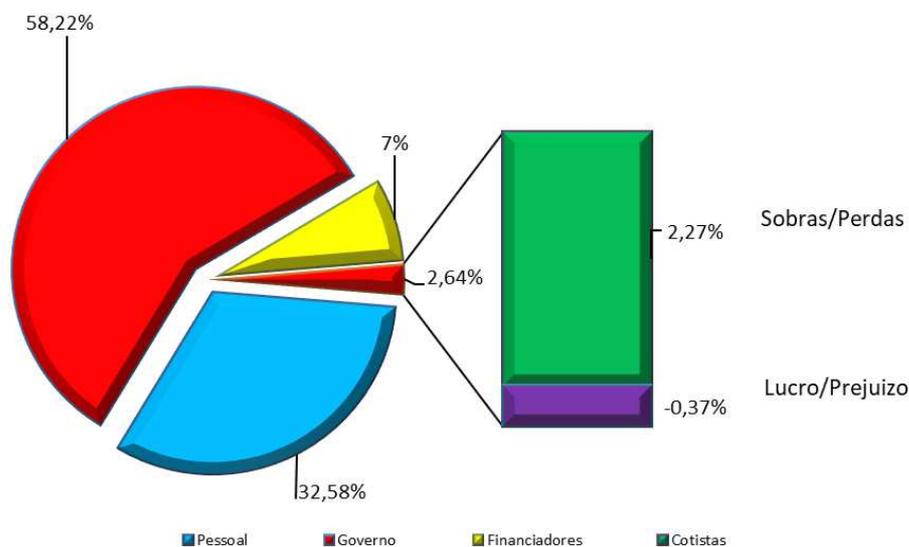
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2021				
	2019	2020	2021		2022	2023	2024	2025	2026
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>550,46</b>	<b>576,34</b>	<b>1.023,47</b>	77,58%	<b>760,00</b>	<b>760,00</b>	<b>760,00</b>	<b>760,00</b>	<b>760,00</b>
Transformador de Distribuição	128,15	74,39	128,12		90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
Medidor	59,49	103,44	253,64		216,00	216,00	216,00	216,00	216,00
Redes Baixa Tensão ( < 2,3 kV)	57,46	62,89	135,86		56,00	56,00	56,00	56,00	56,00
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	305,36	335,62	505,85		398,00	398,00	398,00	398,00	398,00
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão ( >= 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-		-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
<b>Plano de Investimentos 2021</b>	1.023,47	760,00	760,00	760,00	760,00	760,00
<b>R\$ Mil</b>	<b>2021P</b>	<b>2022R</b>	<b>2023R</b>	<b>2024R</b>	<b>2025R</b>	
<b>Plano de Investimentos 2020</b>	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	
<b>Diferença</b>	<b>104,7%</b>	<b>52,0%</b>	<b>52,0%</b>	<b>52,0%</b>	<b>52,0%</b>	

Aumentamos o grau de investimento em 2021 em relação ao PDD de 2020, considerando em atender a Resolução Normativa 871/20 de 11/02/2020 e a continuidade no investimento em manutenção e recondutoramento de trechos de rede em regiões arborizadas de cabo nu por cabo recoberto, com objetivo na melhoria dos índices de continuidade.

**Valor Adicionado Regulatório:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela COOPERATIVA foi de R\$/Mil 10.449,69, representando 61,99% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

### D V A 2021 - REG



**Política de reinvestimento**  
deliberam sobre a destinação  
Ordinária ocorre sempre no 1

**Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da CERIS era de R\$ 4.028,29 mil, composto por 402.829.322 mil cotas, com valor nominal de R\$ 0,01.

Números de Quotas em milhares		
Acionistas		%
Cooperados	402.829.322	100
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
	0	0
<b>Total</b>	<b>402.829.322</b>	<b>100</b>

Atendimento aos Cooperados/Consumidores: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra sempre se coloca à disposição para atendimento personalizado aos seus Cooperados/Consumidores de forma cordial e isonômica. O atendimento é realizado na sua sede.

Seguem alguns números apurados no ano de 2021 da qualidade de atendimento da CERIS:

### Serviços Comerciais

Tempos médios de atendimento					
CERIS - Mensal / 2021					
MÊS	NIE	NUMOCOR R	TMD	TME	TMP
Janeiro	190	199	35,00	55,05	81,61
Fevereiro	181	195	33,37	61,21	131,32
Março	177	190	34,84	48,37	84,90
Abril	73	76	33,71	49,08	52,32
Maió	102	105	32,71	45,78	85,87
Junho	65	78	31,92	36,85	51,78
Julho	90	94	29,62	50,10	59,51
Agosto	93	97	27,74	54,28	89,70
Setembro	110	115	32,27	51,30	56,09
Outubro	161	176	32,05	52,23	90,75
Novembro	98	104	33,07	57,28	72,00
Dezembro	160	168	35,76	68,88	240,10
CERIS - ANUAL / 2021					
ANO	NIE	NUMOCOR R	TMD	TME	TMP
2021	1500	1597	33,09	53,91	99,91

Índices de Compensação de Continuidade					
Região SUDESTE					
CERIS - 2021					
Compensações	DIC, FIC e DMIC			DICRI	Total
	Mensais	Trimestrais	Anuais	Mensais	
Quantidade das compensações	1.000	110	301	409	1.820
Valor das compensações (R\$)	12.190,74	492,95	8.427,17	4.765,05	25.875,91

Urbano										
Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapecerica da Serra			DIC (em horas)			FIC (número de interrupções)			DMIC (em horas)	DICRI (em horas)
Conjunto	DEC	FEC	ANUAL	TRIM.	MENSAL	ANUAL	TRIM.	MENSAL	MENSAL	INTERRUPÇÃO
CERIS	110	31	92,46	46,23	23,11	21,23	10,61	5,3	10,94	12,22
Não urbano										
Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapecerica da Serra			DIC (em horas)			FIC (número de interrupções)			DMIC (em horas)	DICRI (em horas)
Conjunto	DEC	FEC	ANUAL	TRIM.	MENSAL	ANUAL	TRIM.	MENSAL	MENSAL	INTERRUPÇÃO
CERIS	110	31	116,2	58,1	29,05	38,86	19,43	9,71	15,08	16,6

## Gestão

**Planejamento empresarial:** O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da CERIS vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Pelo menos a cada trimestre a Gerencia da Empresa têm se reunido com os Consultores e Diretoria, a fim de entender o avanço da Regulação Setorial, bem como os caminhos que devem ser norteados para estabelecer prioridade nos investimentos, bem como amortizar os passivos setoriais criados em função dos atrasos nos pagamentos dos subsídios obrigatórios. Tal procedimento tem apresentado resultados surpreendentes, como o resultado positivo deste exercício, mesmo em tempos de crise.

O planejamento realizado, juntamente com os resultados dos cenários empresariais discutidos anualmente, serviu de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das ações a serem tomadas para os horizontes de curto e médio prazo.

**Gestão pela qualidade total:** Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, desta forma, a CERIS teve a revisão da sua Certificação em 11/2021, comprovando assim as suas boas práticas.

Também no ano de 2021, a CERIS implantou políticas de acesso a dados pessoais sob sua responsabilidade, atendendo a Lei Geral de Proteção de Dados.

**Recursos humanos:** Em 2021 a CERIS investiu R\$/mil 8,26 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Concedeu ainda treinamentos internos de atualização e reciclagem para atendimento de normas regulamentares e uso de ferramentas administrativas. Na visão de nossa Permissionária, o melhor investimento a ser realizado, é no crescimento de seus colaboradores. Por essa razão, concede auxílio de 50% do valor da formação universitária de seus colaboradores e até R\$ 300,00 para cursos técnicos.

Adicionalmente, a CERIS concedeu aos seus colaboradores, no exercício de 2021 os seguintes benefícios: a) Auxílio Alimentação: R\$/Mil 379,82; b) Auxílio médico R\$/mil 294,12; c) e Seguro de Vida R\$/mil 41,70.

**Responsabilidade social:** Cada vez mais, a CERIS vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas

para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da Empresa.

<b>Outorgada em números</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Atendimento</b>	-	-	
Número de consumidores	6.421	6.253	2,69%
Número de empregados	48	46	4,35%
Número de consumidores por empregado	134	133	0,58%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00%
<b>Mercado</b>			
Área de Permissão (Km <sup>2</sup> )	235,64	235,64	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4.021	4.716	-14,74%
Distribuição direta (GWh)	16,33	16,79	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.017,00	2.110,00	-4,41%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	702,00	557,89	25,83%
Total (exceto curto prazo)	0		0,00%
Residencial	722,29	573,74	25,89%
Comercial	670,02	554,55	20,82%
Industrial	574,16	0,00	#DIV/0!
Rural	625,59	453,58	37,92%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	39,20	47,91	-18,18%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,36	1,46	-6,85%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4,94	4,79	3,13%
FEC (número de interrupções)	16,90	20,67	-18,24%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	9,65	7,19	34,21%
<b>Operacionais</b>			
Número de usinas em operação	0	-	0,00%
Número de subestações	0	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	488,98	485,55	0,71%
Capacidade instalada (MW)	24,44	24,25	0,78%
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.639,65	13.967,81	19,13%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	11.600,70	10.534,19	10,12%
Margem operacional do serviço líquida (%)	43,44%	32,59%	33,26%
EBITDA OU LAJIDA	2.429,24	1.215,68	99,83%
Lucro líquido (R\$ mil)	199,15	409,20	-51,33%
Lucro líquido por mil cotas	-	-	0,00%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	20.587,57	20.482,17	0,51%
Valor patrimonial por cota R\$	-	-	0,00%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,14	7,03	-26,81%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	83,98	86,47	-2,88%
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
<b>Indicadores de Performance</b>			
Sálario Médio dos Funcionários	3,16	3,03	4,29%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	0,34	0,37	-6,79%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,00254	0,00269	-5,28%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos a DEUS, à Diretoria, aos Cooperados, aos nossos Colaboradores, aos nossos Consultores e Auditores, aos nossos Consumidores e a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERIS, contribuindo para o cumprimento da missão do exercício de 2021 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra.

São Lourenço da Serra, abril/2022

A Administração

## Balanco Patrimonial Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de	2021	2020
(Valores expressos em milhares de reais)		
	Consolidado	
	2021	2020
<b>Ativos</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.370,93</b>	<b>7.731,17</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.835,31	4.986,68
Consumidores	2.120,11	1.773,11
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	128,19	128,07
Tributos compensáveis	528,40	189,49
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	285,20	190,56
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	2,00
Ativos Financeiros Setoriais	157,52	135,02
Despesas pagas antecipadamente	36,86	72,39
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	279,35	253,85
<b>Ativos de operações descontinuadas</b>	-	-
<b>Bens destinados à alienação</b>	-	-
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>14.981,75</b>	<b>14.901,75</b>
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	180,60	158,13
Depósitos judiciais e cauções	-	29,17
Investimentos temporários	528,17	506,76
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	14.245,24	14.175,69
Intangível	27,75	31,99
<b>Total do ativo</b>	<b>23.352,68</b>	<b>22.632,92</b>

<b>Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.292,02</b>	<b>1.664,93</b>
Fornecedores	157,82	197,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4,27	2,25
Obrigações sociais e trabalhistas	369,68	327,75
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	497,32	479,98
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	507,69	210,89
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	447,57	202,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	29,77	34,35
Outros passivos circulantes	277,90	210,53
<b>Passivos de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>473,10</b>	<b>485,82</b>
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	473,10	485,82
<b>Total do passivo</b>	<b>2.765,12</b>	<b>2.150,75</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>20.587,57</b>	<b>20.482,17</b>
Capital social	4.028,30	4.028,29
Reservas de capital	546,59	557,36
Outros resultados abrangentes	6.092,96	6.733,32
Reservas de lucros	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	10.012,37	9.184,68
Sobras à disposição da Assembleia	(92,65)	(21,48)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>20.587,57</b>	<b>20.482,17</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>23.352,68</b>	<b>22.632,92</b>

Laurindo Pereira Pinto

Regivaldo das Virgens Silva

## Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA		
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82		
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de (Valores expressos em milhares de reais)	2021	2020
	Consolidado	
	2021	2020
<b>Operações em continuidade</b>		
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>16.639,65</b>	<b>13.967,81</b>
Fornecimento de energia elétrica	5.883,75	4.378,35
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.117,42	7.178,66
Ativos e Passivos Regulatórios	104,70	33,73
Serviços cobráveis	26,02	14,94
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	2.507,77	2.362,14
<b>Tributos</b>	<b>(2.899,76)</b>	<b>(2.451,93)</b>
ICMS	(2.607,98)	(2.209,83)
PIS-PASEP	(50,53)	(41,61)
Cofins	(233,09)	(192,03)
ISS	(8,17)	(8,47)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(2.139,19)</b>	<b>(981,69)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(940,15)	(869,97)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(34,25)	(30,75)
Outros encargos	(1.164,79)	(80,97)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>11.600,70</b>	<b>10.534,19</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(4.218,83)</b>	<b>(4.041,85)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(4.030,62)	(3.866,25)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	(133,46)	(136,60)
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	(69,29)	(73,14)
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	14,54	34,14
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>7.381,87</b>	<b>6.492,35</b>

<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(7.591,63)</b>	<b>(6.342,84)</b>
Pessoal e administradores	(4.380,66)	(3.964,10)
Material	(607,17)	(428,54)
Serviços de terceiros	(971,98)	(864,96)
Arrendamento e aluguéis	(227,69)	(203,56)
Seguros	(96,94)	(34,83)
Doações, contribuições e subvenções	(28,69)	(24,11)
Provisões	(149,92)	(16,39)
(-) Recuperação de despesas	11,14	19,12
Tributos	(46,53)	(36,91)
Depreciação e amortização	(1.121,34)	(1.057,31)
Gastos diversos	(161,04)	(120,10)
Outras Receitas Operacionais	260,10	512,13
Outras Despesas Operacionais	(70,89)	(123,30)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>(209,76)</b>	<b>149,51</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>511,00</b>	<b>385,29</b>
Despesas financeiras	(59,97)	(7,43)
Receitas financeiras	570,97	392,73
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>301,24</b>	<b>534,80</b>
<b>Despesa com impostos sobre os lucros</b>	<b>(102,09)</b>	<b>(125,60)</b>
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>199,15</b>	<b>409,20</b>

Laurindo Pereira Pinto

Presidente

Regivaldo das Virgens Silva

Contador

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA									
CNPJ Nº 57.384.943/0001-82									
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020									
(Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA	Recursos destinados a aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.027,71</b>	<b>-</b>	<b>7.383,51</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>8.413,22</b>	<b>340,78</b>	<b>-</b>	<b>20.165,22</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,59	-	-	-	-	-	-	-	0,59
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	296,71	-	669,85	-	966,56
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	407,77	(407,77)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	33,49	(33,49)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(650,19)	-	-	-	-	-	(650,19)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	557,36	-	-	-	-	(557,36)	-	-
RATES	-	-	-	-	(296,71)	330,20	(33,49)	-	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.028,30</b>	<b>557,36</b>	<b>6.733,32</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>9.184,68</b>	<b>(21,48)</b>	<b>-</b>	<b>20.482,18</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	756,52	-	756,52
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	592,62	(592,62)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	28,37	(28,37)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	(557,36)	(640,36)	-	-	-	-	-	(1.197,72)
Outras Reservas (Efeitos IFRS)	-	546,59	-	-	-	-	-	-	546,59
RATES	-	-	-	-	-	206,69	(206,69)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.028,30</b>	<b>546,59</b>	<b>6.092,96</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>10.012,36</b>	<b>(92,64)</b>	<b>-</b>	<b>20.587,57</b>



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

## Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA CNPJ Nº 57.384.943/0001-82 (Valores expressos em milhares de reais) <b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	14.959,55	12.411,70
Outros recebimentos	2.812,27	2.772,03
Pagamentos a fornecedores	(3.016,51)	(2.428,02)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(4.315,64)	(4.130,15)
Pagamentos a empregados	(2.764,20)	(2.567,82)
Tributos Federais	(1.269,98)	(1.140,64)
Tributos Estaduais e Municipais	(2.494,79)	(2.109,17)
Encargos Setoriais	(1.842,82)	(899,65)
Outros Pagamentos	(989,14)	(809,36)
<b>Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais</b>	<b>1.078,74</b>	<b>1.098,92</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.398,77)	(952,62)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	(500,00)
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	500,00
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>	<b>(1.398,77)</b>	<b>(952,62)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos	-	-
Dividendos pagos	-	-
Receitas de Aplicações Financeiras	168,65	360,95
Despesas Bancárias	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento</b>	<b>168,65</b>	<b>360,95</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(151,38)</b>	<b>507,25</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro</b>	<b>4.986,68</b>	<b>4.479,42</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>4.835,31</b>	<b>4.986,68</b>



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

## **Notas Explicativas Regulatórias**

### **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

#### **1. Setor Elétrico no Brasil**

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERIS é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Permissão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A CERIS está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas Permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERIS. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

### **3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 31 a 34, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Permissão.

**Imobilizado em serviço:** A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Concessão, Permissão e/ou Autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais

encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à Permissão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das Permissionárias e de consumidores não das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº. 05.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A 1ª Reavaliação foi registrada em julho de 2013 com efeitos retroativos à 2012 devido ao atraso na homologação pela ANEEL da Metodologia de Revisão Tarifária das Permissionárias. Novamente em

2016 não foi realizada pela a ANEEL a RTP prevista para este ano, o que veio ocorrer somente em 2017.

Já a partir de 2020, devido a mudança de metodologia do PRORET 8.2 para o 8.4, não mais existe reavaliações para as Permissionárias, mas apenas o reposicionamento da Parcela B.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Permissão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica à diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

#### 4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2021	TOTAL 2020	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>1.440,79</b>	<b>-</b>	<b>308,18</b>	<b>24,77</b>	<b>15,10</b>	<b>55,65</b>	<b>(107,80)</b>	<b>64,12</b>	<b>39,18</b>	<b>9,54</b>	<b>8,94</b>	<b>(9,48)</b>	<b>1.848,99</b>	<b>1.773,10</b>
- Residencial	627,24	-	271,93	17,82	8,87	51,33	(93,38)	41,12	25,67	8,53	8,94	(9,48)	958,59	976,16
- Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Comercial	182,67	-	6,71	-	0,02	-	(0,53)	22,63	13,02	0,89	-	-	225,41	225,92
- Rural	30,33	-	2,86	3,91	-	-	-	0,37	0,49	0,12	-	-	38,08	38,08
- Poderes Públicos	2,81	-	2,74	0,63	3,61	4,32	(6,72)	-	-	-	-	-	7,39	9,79
- Iluminação Pública	17,94	-	23,94	2,41	2,60	-	-	-	-	-	-	-	46,89	46,89
- Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Serviço Taxado	135,97	-	-	-	-	-	(7,17)	-	-	-	-	-	128,79	120,06
- Fornecimento Não Faturado	440,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	440,78	351,33
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	3,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.440,79</b>	<b>-</b>	<b>308,18</b>	<b>24,77</b>	<b>15,10</b>	<b>55,65</b>	<b>(107,80)</b>	<b>64,12</b>	<b>39,18</b>	<b>9,54</b>	<b>8,94</b>	<b>(9,48)</b>	<b>1.848,99</b>	<b>1.773,10</b>

## 4.1. Inadimplência

CLASSE	PERCENTUAL DA RECEITA FATURADA NO ENÉSIMO MÊS ANTERIOR AINDA NÃO RECEBIDA NO MÊS DE REFERÊNCIA							QUANTIDADE DE SUSPENSÃO POR INADIMPLEMENTO
	( 12/2019 )	( 03/2020 )	( 06/2020 )	( 12/2020 )	( 06/2021 )	( 09/2021 )	( 11/2021 )	
	24 (%)	21 (%)	18 (%)	12 (%)	6 (%)	3 (%)	1 (%)	
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	0,28	0,00	0,28	0,21	0,00	0,61	27,78	1
RESIDENCIAL TOTAL	0,08	0,17	0,21	0,22	0,69	0,90	22,50	54
INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
COMERCIAL	0,00	0,00	0,00	0,13	0,13	0,00	23,09	0
RURAL	0,00	0,00	4,38	0,00	0,00	0,00	6,58	0
PODERES PUBLICOS	20,96	0,00	0,00	0,88	6,75	17,05	26,35	0
ILUMINACAO PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,99	0
SERVIÇOS PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
CONSUMO PROPRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL	0,27	0,14	0,30	0,20	0,62	0,82	21,76	54

\* A quantidade de suspensão dos consumidores baixa renda está sendo descontada do total, pois já está incluída no residencial.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
  - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
  - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
  - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

## 5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>25.772</b>	-	<b>(187)</b>	<b>943</b>	<b>(300)</b>	<b>26.228</b>	<b>756</b>	<b>(13.697)</b>	<b>12.531</b>	<b>12.853</b>	-	-	-
Terrenos	10	-	-	-	-	10	-	-	10	10	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	428	-	-	-	-	428	-	(245)	183	197	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	23.783	-	(187)	781	(300)	24.077	594	(12.466)	11.611	11.917	-	-	-
Veículos	1.501	-	-	163	-	1.664	163	(955)	710	709	-	-	-
Móveis e Utensílios	50	-	(0)	-	-	49	(0)	(31)	19	21	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.058</b>	-	<b>(3)</b>	<b>152</b>	-	<b>1.208</b>	<b>150</b>	<b>(512)</b>	<b>696</b>	<b>607</b>	-	-	-
Terrenos	5	-	-	-	-	5	-	-	5	5	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	580	-	-	-	-	580	-	(224)	356	375	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	371	-	(3)	41	-	410	39	(202)	208	199	-	-	-
Veículos	68	-	-	88	-	156	88	(53)	103	25	-	-	-
Móveis e Utensílios	35	-	-	23	-	58	23	(34)	24	2	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>26.830</b>	-	<b>(190)</b>	<b>1.096</b>	<b>(300)</b>	<b>27.436</b>	<b>906</b>	<b>(14.209)</b>	<b>13.227</b>	<b>13.460</b>	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos													
Outros													
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos													
Outros													
<b>Distribuição</b>	714	3.299	(2.053)	(943)	-	1.017	302		1.017	714	-		
Máquinas e Equipamentos	90	983	(106)	(781)	-	186	96		186	90	-		
Outros	625	2.317	(1.947)	(163)	-	831	207		831	625	-		
<b>Administração</b>	2	286	(134)	(152)	-	2	(0)		2	2	-		
Máquinas e Equipamentos	-	41	(2)	(39)	-	-	-		-	-	-		
Outros	2	245	(132)	(114)	-	2	(0)		2	2	-		
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-		
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-		
Outros	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-		
<b>Subtotal</b>	716	3.585	(2.187)	(1.096)	-	1.018	302		1.018	716			
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	27.546	3.585	(2.377)	-	(300)	28.454	1.209	(14.209)	14.245	14.176	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>74</b>	-	-	-	-	<b>74</b>	-	<b>(74)</b>	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	74	-	-	-	-	74	-	(74)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>74</b>	<b>2</b>	-	-	-	<b>77</b>	<b>2</b>	<b>(49)</b>	<b>32</b>	-
Softw ares	74	2	-	-	-	77	2	(49)	32	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>0</b>	-	-	-	-	<b>0</b>	-	-	<b>0</b>	<b>0</b>
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	0	-	-	-	-	0	-	-	0	0
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>148</b>	<b>2</b>	-	-	-	<b>151</b>	<b>2</b>	<b>(123)</b>	<b>32</b>	<b>0</b>

**A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:**

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto - VOC em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>9.389,44</b>	<b>780,73</b>	<b>(186,73)</b>	<b>-</b>	<b>14.093,10</b>	<b>24.076,54</b>	<b>594,00</b>
Transformador de Distribuição	1.926,51	148,69	- 68,30	-	4.444,24	6.451,14	80,39
Medidor	678,03	176,94	- 32,59	-	264,37	1.086,75	144,35
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	5.932,61	171,23	- 85,13	-	9.165,12	15.183,83	86,10
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	852,29	283,87	- 0,71	-	219,37	1.354,82	283,16
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>519,99</b>	<b>62,83</b>	<b>- 28,96</b>	<b>-</b>	<b>80,76</b>	<b>473,10</b>	<b>91,79</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	519,99	62,83	- 28,96	-	80,76	473,10	33,87

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	2021	Valor líquido	2020
			Depreciação e Amortização Acumulada		Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
<b>Transmissão</b>		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
<b>Distribuição</b>		<b>24.076,59</b>	<b>(12.466,08)</b>	<b>11.610,51</b>	<b>11.917,19</b>
Custo Histórico		9.983,45	(4.465,90)	5.517,55	5.183,87
Correção Monetária Especial				-	-
Reavaliação		14.093,14	(8.000,18)	6.092,96	6.733,32
<b>Administração</b>		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
<b>Comercialização</b>		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
<b>Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica</b>		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
<b>TOTAIS</b>		<b>24.076,59</b>	<b>(12.466,08)</b>	<b>11.610,51</b>	<b>11.917,19</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração				-	
Transmissão				-	
Distribuição		1.017		<b>1.017</b>	<b>714</b>
Administração		2		<b>2</b>	<b>2</b>
Comercialização				-	
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica				-	
		<b>1.018</b>	<b>-</b>	<b>1.018</b>	<b>716</b>
		<b>25.095</b>	<b>(12.466)</b>	<b>12.629</b>	<b>12.633</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 2009, são as seguintes:

	<b>Taxas Anuais de Depreciação</b>
<b>Geração</b>	
Equipamento geral	10,00
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,30
<b>Distribuição</b>	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

De acordo com nosso Contrato de Permissão para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CAMINHAO MERCEDES BENZ AT EGO 1726/42 BRANCO CHASSI	128,04
SUZUKI JIMNY 4WORK 1.3 4X4 2021/2022 BRANCO	61,59
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 2 AWG CA	46,54
MICROCOMPUTADOR DELL OPTIPLEX 3060 (RAM 8GB, HDD 500GB)	36,05
CAMINHAO MERCEDES BENZ AT EGO 1726/42 BRANCO CHASSI	34,58
SUZUKI JIMNY 4WORK 1.3 4X4 2021/2022 BRANCO	26,40
MEDIDOR ELETRONICO MONOFÁSICO 1 EL 3 FIOS 15(100)A 24	24,78
MEDIDOR ELETRONICO MONOFÁSICO 1 EL 3 FIOS 15(100)A 24	21,27
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 2 AWG CA	18,73
CABO DE ALUMÍNIO PROTEGIDO 15 KV 2 AWG CA	18,57

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
CABO DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NÚ, BITOLA 4 AWG, MC	8,73
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA	7,81
COLETOR DE DADOS EP-10 - EMISSÃO FATURA INSTANTANEA	5,86
CABO DE ALUMÍNIO, PROTEGIDO-XLPE, BITOLA 1/0 AWG, MONOFÁSICO	4,72
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA	4,53
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 12 M MEDIO	4,00
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA	3,92
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA	3,81
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 11 M LEVE	3,06
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA	2,63

## **6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 01/08/2020 a 31/07/2021, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CERIS transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

### b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

#### I. Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

#### II. Quota parte de energia nuclear

A CERIS, por ter um mercado anual inferior a 700 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

#### III. Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

#### **IV. Sobre contratação**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

#### **V. Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:**

No presente ciclo de revisão tarifaria, a CERIS apresenta os saldos dos Ativos e Passivos Financeiros após contabilização dos ajustes ocorridos no IRT/2021, conforme quadro abaixo.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfa						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>135</b>	<b>397</b>	<b>(374)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	128	366	(354)	-	-	140				
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-				
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-				
Neutralidade da Parcela A	7	31	(21)	-	-	18				
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-				
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-				
Outros	-	-	-	-	-	-				
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>						<b>-</b>				
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>135</b>	<b>397</b>	<b>(374)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

<b>Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Valores em Amortização</b>	<b>Valores em Constituição</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>CVA Passiva</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)						-				
Custo da Energia de Itaipu						-				
Proinfra						-				
Transporte Rede Básica						-				
Transporte de Energia - Itaipu						-				
ESS						-				
CDE						-				
CFURH						-				
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>202</b>	<b>(476)</b>	<b>722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-				
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-				
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-				
Neutralidade da Parcela A	41	(118)	99	-	-	22				
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-				
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-				
Outros	161	(358)	623	-	-	426				
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>202</b>	<b>(476)</b>	<b>722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 7. Empréstimos e Financiamentos

### Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL																										
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA - SFF																										
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - RIT																			RP 211.2							
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO																			Atividade: CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES							
Agente:	Tab 27											Código:	Trim/Ano: 4T2021						R\$ Mil							
LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente? / Repactuação	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática de Amortização	io de Principal e Juros de Longo Prazo						Observações			
																	2022	2023	2024	2025	2026	2026+	Total			
1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-			
1.1	Linha 01 (informar instituição ou linha)																									
1.2	Linha 02																									
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	4	-	4	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-			
2.1	Bancos Credores (Ajustes Nat.Contábil)	-	4	-	4	SIM									mensal										bancos credores - ativos	
2.2	Linha 2																									
3	Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
3.1	União	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
3.1.1	União 01																									
3.1.2	União 02																									
3.2	Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
3.2.1	Estado 01																									
3.2.2	Estado 02																									
3.3	Município																									
4	Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
4.1	Pensão 01																									
4.2	Pensão 02																									
5	Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
5.1	Renegociação 01 (credor ou encargo?)																									
5.2	Renegociação 02																									
6	Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
6.1	Mútuo 01																									
6.10	Mútuo 02																									
7	Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar						Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-		
7.1	Outros 01																									
7.2	Outros 02																									
8	Total por Dívida	-	4	-	4												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	4	-	4												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.3	Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.4	Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.5	Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.6	Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		
8.7	Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-	-	-	-		

ATIVOS FINANCEIROS							Atividade: CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES																		
LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal+	Saldo	Adim-	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	ama de Amortização						Observações				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	plente?									ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final		de Amortiz.	Amortização	2022	2023
9	Ativos Financeiros	.	.	528	528											.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	.	.	528	528	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111		.	.	.																				
9.1.2	Aplic. Financ. CDB			.	.																				
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI			.	.																				
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.			.	528	528																			
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01			.	.																				.
9.1.6	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02			.	.																				.
9.2	Mútuos Ativos	.	.	.	.	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
9.2.1	Mútuo 01			.	.																				.
9.2.6	Mútuo 02			.	.																				.

## Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A CERIS não se utilizou de instrumentos derivativos em 2021 e 2020.

## Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
<b>(+) Dívida Bruta</b>	-	4	-	4	2
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	4	-	4	2
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>(4.835)</b>	-	<b>(528)</b>	<b>(5.363)</b>	<b>(5.495)</b>
Alta Liquidez	(4.835)	-	-	(4.835)	(4.987)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(528)	(528)	(507)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	(2)
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>(4.835)</b>	<b>4</b>	<b>(528)</b>	<b>(5.359)</b>	<b>(5.493)</b>
<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>	-	-	-	-	-
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>(4.835)</b>	<b>4</b>	<b>(528)</b>	<b>(5.359)</b>	<b>(5.493)</b>

### 8. Imposto de renda e contribuição social diferido.

Não houve Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2021 e 2020 na CERIS.

### 9. Provisões para Litígios

No ano de 2021, não houve provisões para litígios devido aos processos ora em andamento não possuir valor relevante.

### 10. Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>554</b>	-	-	<b>554</b>
Participação da União, Estados e Municípios		52			52
Participação Financeira do Consumidor		213			213
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		5			5
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		50			50
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-			-
Outros		233	-	-	233
Ultrapassagem de demanda		204			204
Excedente de reativos		29			29
Diferença das perdas regulatórias		-			-
Outros		-			-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>(81)</b>	-	-	<b>(81)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(4,37)			(4)
Participação Financeira do Consumidor		(40,79)			(41)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(0)			(0)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-			-
Pesquisa e Desenvolvimento		(4)			(4)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-			-
Outros		(31)	-	-	(31)
Ultrapassagem de demanda		(14)			(14)
Excedente de reativos		(17)			(17)
Diferença das perdas regulatórias		-			-
Outros		-			-
<b>Total</b>		<b>473</b>	-	-	<b>473</b>

Datas de Formação das Obrigações Especiais:

Conforme instrução contida no Despacho de Encerramento publicado pela SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação.

As principais adições de obrigações especiais foram:

Descrição do Bem	Data	Em R\$ Mil
1 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO	< 2015	52,02
2 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA CONSUMIDOR ATÉ 31/12/2015	< 2015	133,40
3 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 02/2016	fev/16	0,54
4 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 03/2016	mar/16	7,57
5 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR 04/2016	abr/16	0,26
6 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 06/2017	< 2015	2,66
7 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 08/2017	< 2015	2,45
8 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 07/2018	jun/17	1,12
9 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 09/2018	ago/17	10,85
10 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 10/2018	jul/18	1,36
11 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 11/2018	set/18	11,82
12 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 03/2019	out/18	3,92
13 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 04/2019	nov/18	5,76
14 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 11/2019	mar/19	1,62
15 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 07/2020	abr/19	1,29
16 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 07/2020	nov/19	1,45
17 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR - 02/2021	jul/20	27,15
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES DESTINADAS A INVESTIMENTOS NO SERVIÇO C		5,25
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		50,00
OUTROS		204,16
21 (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - AIS		(80,76)
VALORES PENDENTES DE RECEBIMENTO		3,06
OUTROS		26,17
TOTAL		473,10

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, representa R\$/Mil 4.028,30, sendo composto por 402.830.322 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Números de Quotas em milhares		
<b>Acionistas</b>		<b>%</b>
Cooperados	402.830.322	100,00
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
<b>Total</b>	<b>402.830.322</b>	<b>100,00</b>

Reservas de Capital		
	2021	2020
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2020	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	546,59	557,36
<b>Total</b>	<b>546,59</b>	<b>557,36</b>

Reservas de lucros		
	2021	2020
Reserva legal		
Lucros a realizar		
Reserva para investimentos		
Reserva para Desenvolvimento		
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Reservas de Sobras		
	2021	2020
Reserva legal	2.151,77	1.559,14
Lucros a realizar	-	-
RATES	3.577,38	3.370,69
ReservaS Estatutárias	4.283,22	4.254,85
<b>Total</b>	<b>10.012,37</b>	<b>9.184,68</b>

## 12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>6.421</b>	<b>6.253</b>	<b>16.195</b>	<b>16.798</b>	<b>14.001</b>	<b>11.557</b>
Residencial	6.235	6.072	12.902	13.079	11.492	9.359
Industrial	1	-	-	-	93	-
Comercial	88	87	1.934	2.271	1.572	1.536
Rural	42	41	690	797	432	361
Poder público	18	17	86	86	78	59
Iluminação pública	36	35	490	473	259	184
Serviço público	1	1	93	92	75	58
<b>Suprimento Faturado</b>						
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>						
<b>(-) Transferências</b>	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis						
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
<b>Total</b>	<b>6.421</b>	<b>6.253</b>	<b>16.195</b>	<b>16.798</b>	<b>14.001</b>	<b>11.557</b>

## 13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a CERIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	2021		2020	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
AES Eletropaulo	19.922,39	4.030,62	20.669,90	3.866,25
PROINFA	304,48	133,46	506,50	136,60
<b>Total</b>	<b>20.226,87</b>	<b>4.164,08</b>	<b>21.176,40</b>	<b>4.002,84</b>

## 14. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Pessoal</b>	<b>3.992,18</b>	<b>3.599,28</b>
Remuneração	2.246,93	2.029,09
Encargos	969,14	885,37
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	294,12	263,95
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	8,17	3,30
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	473,82	417,57
<b>Administradores</b>	<b>388,48</b>	<b>349,95</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	372,28	349,95
Benefícios dos administradores	16,20	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>4.380,66</b>	<b>3.949,23</b>

## 15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	301,24	534,80
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(102,09)	(125,60)
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(102,09)</b>	<b>(125,60)</b>

## **16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade**

Sendo a CERIS uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

### **17.1 Revisão Tarifária Periódica**

Em 2013, a ANEEL submeteu à Audiência Pública, as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisão tarifária periódica das Permissionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critério a serem adotados. Por fim, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 1º CRTP.

Em 11/07/2013 a CERIS encerrou o seu primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica, retroativo à 2012, ano inicialmente previsto pela ANEEL para sua 1ª RTP, que devido a atraso na definição da Metodologia, não ocorreu, gerando assim uma Bolha Financeira passiva a qual deveria ser compensada nos reajustes / revisões posteriores.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista por meio de Audiência Pública.

Como Resultado destas Audiências decidiu que para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, poderiam continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por continuar a ter sua Revisão Tarifária Periódica regulada, mormente à Parcela B, regulada pelo módulo PRORET 8.1.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude de as regras deste módulo serem conhecidas, lógicas, e, totalmente baseadas em fatos seguros apuradas pelos Departamentos Contábil e Técnico,

resultando em segurança para nossos Cooperados como proprietários da Empresa, e, para nossos Cooperados e não Cooperados, na qualidade de Consumidores de Energia Elétrica, oferecendo transparência, legalidade e preço justo com remuneração adequada aos investimentos necessários.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017, bem como também postergou a 2ª RTP para o ano de 2017.

Por fim, em 07/2017 a ANEEL promoveu a RTP desta Permissionária, encerrando assim o seu 2º Ciclo de Revisão, homologada por meio da RH 2.264 de 27/07/2017.

A partir da assinatura do 3º Termo Aditivo do Contrato de Permissão, onde houve a migração da metodologia do Proret 8.1 para 8.4, não mais se realiza RTP, e tão somente o reposicionamento da Parcela B da Permissionária.

## **17.2 - Reajuste Tarifário Anual**

Esta Permissionária teve seu reajuste tarifário em 07/2021 por meio da RH 2.910 que homologou o Reposicionamento Tarifário com financeiros de (7,89%) (sete virgula oitenta e nove por cento negativo), sendo 11,95% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -19,84% relativos aos componentes financeiros. As tarifas de aplicação da CERIS ficaram, em média, reajustadas em 14,24%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

## **17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória**

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);

II – Almoxarifado de Operação; e

III – Obrigações especiais.

Para apuração da base de remuneração são considerados apenas os ativos vinculados à permissão e classificados nas atividades de distribuição, administração, comercialização e geração associada, nos casos previstos em lei.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Para efeito de determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR, os seguintes bens e instalações serão excluídos: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e

benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios. Esses bens e instalações comporão a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) referentes à BAR são dadas em forma de anuidades.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	22.687,12
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.100,51
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>21.586,61</b>
(6) Depreciação Acumulada	9.201,16
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	68,06
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>13.554,02</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	863,46
(19) WACC real antes de impostos	4%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
<b>22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)</b>	<b>510,99</b>

Obs. Segue abaixo resumo do reflexo dos principais números em nosso reajuste de 2021

2021	2,10%	2,99%	2,22%	0,98%	7,20%
	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	23.163.551,74	23.856.141,94	24.385.748,29	24.624.728,62	26.397.709,08
(2) Obrigações Especiais Bruta	-	-	-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.123.621,93	1.157.218,22	1.182.908,47	1.194.500,97	1.280.505,04
<b>(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)</b>	<b>22.039.929,81</b>	<b>22.698.923,71</b>	<b>23.202.839,82</b>	<b>23.430.227,65</b>	<b>25.117.204,04</b>
(5) Depreciação Acumulada	9.394.388,68	9.675.280,91	9.890.072,14	9.986.994,85	10.706.058,48
<b>(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)</b>	<b>13.769.163,05</b>	<b>14.180.861,03</b>	<b>14.495.676,14</b>	<b>14.637.733,77</b>	<b>15.691.650,60</b>
(7) Obrigações Especiais Líquida	-	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoarifado em Operação	69.490,66	71.568,43	73.157,24	73.874,19	79.193,13
<b>(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)</b>	<b>13.838.653,71</b>	<b>14.252.429,46</b>	<b>14.568.833,39</b>	<b>14.711.607,96</b>	<b>15.770.843,73</b>
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
<b>(12) Quota de Reintegração Regulatória</b>	<b>521.717,24</b>	<b>537.316,59</b>	<b>549.245,02</b>	<b>554.627,62</b>	<b>594.560,81</b>
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	881.597,19	907.956,95	928.113,59	937.209,11	1.004.688,16

## 17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.245,00
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	311,25
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	311,25
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	622,50
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	17,02
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	50,33
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	129,19
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>196,54</b>
<b>Obs.: estes valores atualizado até IRT 2021 figura em R\$/mil 228,69</b>	

## 17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto Sub Módulo 8.1, o valor da Parcela B será calculado a preços da data de revisão de cada permissionária, sendo que no reajuste tarifário subsequente o Valor da Parcela B calculado será atualizado pela variação anual do IPCA desde a revisão tarifária, reduzido o Fator X.

Ao Valor da Parcela B deverá ser aplicado um índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, de forma a considerar os ganhos potenciais de produtividade no período de vigência das tarifas estabelecidas na revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (Pm) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada permissionária no ajuste do Valor da Parcela B será definido a partir da produtividade média calculada no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica para as pequenas Permissionárias de energia elétrica, sendo adotado o valor de 1,15% a.a.

## 17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Sub Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da Permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita		Reajuste	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
	Ultimo IRT R\$	Receita Verificada				
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>4.849,14</b>	<b>4.968,35</b>	<b>5.541,99</b>	<b>13,46%</b>	<b>65,78%</b>	<b>41,07%</b>
<b>1.1. Encargos Setoriais</b>	<b>1.062,56</b>	<b>1.093,60</b>	<b>1.176,06</b>	<b>8,95%</b>	<b>42,25%</b>	<b>8,71%</b>
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	31,92	32,92	36,79	3,13%	11,76%	0,27%
CDE	911,77	938,36	985,84	2,92%	5,06%	7,30%
PROINFA	118,87	122,32	153,43	2,91%	25,43%	1,14%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
<b>1.2. Transmissão</b>	<b>1.730,06</b>	<b>1.754,45</b>	<b>1.791,53</b>	<b>1,41%</b>	<b>2,11%</b>	<b>13,27%</b>
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.730,06	1.754,45	1.791,53	1,41%	2,11%	13,27%
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>1.3. Compra de Energia</b>	<b>2.056,53</b>	<b>2.120,30</b>	<b>2.574,40</b>	<b>3,10%</b>	<b>21,42%</b>	<b>19,08%</b>
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	2.056,53	2.120,30	2.574,40	3,10%	21,42%	19,08%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
<b>2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>6.993,74</b>	<b>7.159,18</b>	<b>7.953,64</b>	<b>2,37%</b>	<b>11,10%</b>	<b>58,93%</b>
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	6.993,74	7.159,18	7.953,64	2,37%	11,10%	58,93%
3. Reposicionamento Econômico	12,03%		11,28%			
4. Componentes Financeiros	-21,44%		-19,77%			
5. Reposicionamento com Financeiros	-9,41%		-8,49%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	7,80%		-21,99%			
7. Efeito para Consumidor	13,85%		13,50%			

## 18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>8.370,93</b>	-	<b>8.370,93</b>	<b>7.731,17</b>	-	<b>7.731,17</b>
Caixa e equivalentes de caixa		4.835,31	-	4.835,31	4.986,68	-	4.986,68
Consumidores	14.1	2.120,11	-	2.120,11	1.773,11	-	1.773,11
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		128,19	-	128,19	128,07	-	128,07
Tributos compensáveis		528,40	-	528,40	189,49	-	189,49
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		285,20	-	285,20	190,56	-	190,56
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	2,00	-	2,00
Ativos financeiros setoriais	14.2	157,52	-	157,52	135,02	-	135,02
Despesas pagas antecipadamente		36,86	-	36,86	72,39	-	72,39
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à al	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		279,35	-	279,35	253,85	-	253,85
<b>Ativo não circulante</b>		<b>14.981,75</b>	<b>(6.092,96)</b>	<b>8.888,79</b>	<b>14.901,75</b>	<b>(6.733,32)</b>	<b>8.168,43</b>
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		180,60	-	180,60	158,13	-	158,13
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	29,17	-	29,17
Investimentos temporários		528,17	-	528,17	506,76	-	506,76
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	893,38	893,38	-	670,47	670,47
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	14.245,24	(12.628,78)	1.616,45	14.175,69	(12.633,07)	1.542,62
Intangível	14.5	27,75	5.642,44	5.670,20	31,99	5.229,28	5.261,27
<b>Total do ativo</b>		<b>23.352,68</b>	<b>(6.092,96)</b>	<b>17.259,73</b>	<b>22.632,92</b>	<b>(6.733,32)</b>	<b>15.899,60</b>

<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.292,03</b>	<b>-</b>	<b>2.292,03</b>	<b>1.664,93</b>	<b>-</b>	<b>1.664,93</b>	
Fornecedores	157,82	-	157,82	197,12	-	197,12	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4,27	-	4,27	2,25	-	2,25	
Obrigações sociais e trabalhistas	369,68	-	369,68	327,75	-	327,75	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	497,32	-	497,32	479,98	-	479,98	
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-	
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	507,69	-	507,69	210,89	-	210,89	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	14.1	447,57	-	447,57	202,07	-	202,07
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	29,77	-	29,77	34,35	-	34,35	
Outros passivos circulantes	277,90	-	277,90	210,53	-	210,53	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>473,10</b>	<b>-</b>	<b>473,10</b>	<b>485,82</b>	<b>-</b>	<b>485,82</b>	
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
Tributos	-	-	-	-	-	-	
Provisão para litígios	-	-	-	-	-	-	
Encargos setoriais	-	-	-	-	-	-	
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com associados	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elét	473,10	-	473,10	485,82	-	485,82	
<b>Total do passivo</b>	<b>2.765,13</b>	<b>-</b>	<b>2.765,13</b>	<b>2.150,75</b>	<b>-</b>	<b>2.150,75</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	4.028,30	-	4.028,30	4.028,29	-	4.028,29	
Reservas de capital	546,59	-	546,59	557,36	-	557,36	
Outros resultados abrangentes	6.092,96	(6.092,96)	-	6.733,32	(6.733,32)	-	
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Reserva de sobras	10.012,37	-	10.012,37	9.184,68	-	9.184,68	
Sobras à disposição da Assembleia	(92,65)	-	(92,65)	(21,48)	-	(21,48)	
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>20.587,57</b>	<b>(6.092,96)</b>	<b>14.494,61</b>	<b>20.482,17</b>	<b>(6.733,32)</b>	<b>13.748,85</b>	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>23.352,68</b>	<b>(6.092,96)</b>	<b>17.259,73</b>	<b>22.632,92</b>	<b>(6.733,32)</b>	<b>15.899,60</b>	



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>16.639,65</b>	-	<b>16.639,65</b>	<b>13.967,81</b>	-	<b>13.967,81</b>
Fornecimento de energia elétrica		5.883,75	-	5.883,75	4.378,35	-	4.378,35
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.117,42	-	8.117,42	7.178,66	-	7.178,66
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		104,70	-	104,70	33,73	-	33,73
Serviços cobráveis		26,02	-	26,02	14,94	-	14,94
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas		2.507,77	-	2.507,77	2.362,14	-	2.362,14
<b>Tributos</b>		<b>(2.899,76)</b>	-	<b>(2.899,76)</b>	<b>(2.451,93)</b>	-	<b>(2.451,93)</b>
ICMS		(2.607,98)	-	(2.607,98)	(2.209,83)	-	(2.209,83)
PIS-PASEP		(50,53)	-	(50,53)	(41,61)	-	(41,61)
COFINS		(233,09)	-	(233,09)	(192,03)	-	(192,03)
ISS		(8,17)	-	(8,17)	(8,47)	-	(8,47)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(2.139,19)</b>	-	<b>(2.139,19)</b>	<b>(981,69)</b>	-	<b>(981,69)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(940,15)	-	(940,15)	(869,97)	-	(869,97)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(34,25)	-	(34,25)	(30,75)	-	(30,75)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.164,79)	-	(1.164,79)	(80,97)	-	(80,97)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>11.600,70</b>	-	<b>11.600,70</b>	<b>10.534,19</b>	-	<b>10.534,19</b>

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(4.218,83)</b>	<b>-</b>	<b>(4.218,83)</b>	<b>(4.041,85)</b>	<b>-</b>	<b>(4.041,85)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(4.030,62)	-	(4.030,62)	(3.866,25)	-	(3.866,25)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	-	-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	(133,46)	-	(133,46)	(136,60)	-	(136,60)
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-	-	-	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	(69,29)	-	(69,29)	(73,14)	-	(73,14)
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-	-	-	-	-
Outros	14,54	-	14,54	34,14	-	34,14
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>7.381,87</b>	<b>-</b>	<b>7.381,87</b>	<b>6.492,35</b>	<b>-</b>	<b>6.492,35</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(7.591,63)</b>	<b>546,59</b>	<b>(7.045,04)</b>	<b>(6.342,84)</b>	<b>557,36</b>	<b>(5.785,48)</b>
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	(4.380,66)	-	(4.380,66)	(3.964,10)	-	(3.964,10)
Material	(607,17)	-	(607,17)	(428,54)	-	(428,54)
Serviços de terceiros	(971,98)	-	(971,98)	(864,96)	-	(864,96)
Arrendamento e aluguéis	(227,69)	-	(227,69)	(203,56)	-	(203,56)
Seguros	(96,94)	-	(96,94)	(34,83)	-	(34,83)
Doações, contribuições e subvenções	(28,69)	-	(28,69)	(24,11)	-	(24,11)
Provisões	(149,92)	-	(149,92)	(16,39)	-	(16,39)
Recuperação de despesas	11,14	-	11,14	19,12	-	19,12
Tributos	(46,53)	-	(46,53)	(36,91)	-	(36,91)
Depreciação e amortização	(1.121,34)	546,59	(574,75)	(1.057,31)	557,36	(499,94)
Gastos diversos da atividade	(161,04)	-	(161,04)	(120,10)	-	(120,10)
Outras Receitas Operacionais	260,10	-	260,10	512,13	-	512,13
Outras Gastos Operacionais	(70,89)	-	(70,89)	(123,30)	-	(123,30)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>(209,76)</b>	<b>546,59</b>	<b>336,83</b>	<b>149,51</b>	<b>557,36</b>	<b>706,87</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>511,00</b>	<b>-</b>	<b>511,00</b>	<b>385,29</b>	<b>-</b>	<b>385,29</b>
Despesas financeiras	(59,97)	-	(59,97)	(7,43)	-	(7,43)
Receitas financeiras	570,97	-	570,97	392,73	-	392,73
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>301,24</b>	<b>-</b>	<b>847,83</b>	<b>534,80</b>	<b>-</b>	<b>1.092,16</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	(102,09)	-	(102,09)	(125,60)	-	(125,60)
<b>Resultado líquido das operações em continuidade</b>	<b>199,15</b>	<b>-</b>	<b>745,74</b>	<b>409,20</b>	<b>-</b>	<b>966,56</b>



Laurindo Pereira Pinto

Presidente



Regivaldo das Virgens Silva

Contador

## 18.1 Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

## 18.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes em Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

## 18.3 Ativos financeiros da Permissão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Permissão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

## 18.4 Imobilizado

### 18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

<u>Classificação conforme permissão</u>	2021	2020
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	893,37	670,48
Imobilizado societário	1.616,46	1.542,62
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 3)	5.670,20	5.261,27
<b>Total Societário</b>	<b>8.180,03</b>	<b>7.474,36</b>
(+) Ajuste Reavaliação Regulatória	6.092,96	6.733,32
<b>(=) Imobilizado + Intangível Regulatório</b>	<b>6.092,96</b>	<b>6.733,32</b>

### 18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação dos 1º e 2º ciclos de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

## 18.5 Intangível

### 18.5.1 Reavaliação compulsória

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

### 18.5.2 Depreciação

Houve ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

## 18.6 Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

### 18.6.1 Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica.

### 18.6.2 Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica.

## 18.7. Efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01)

### 18.7.1 Ativo financeiro

Houve efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01).

### 18.7.2 Ativo intangível

Houve efeitos de contabilização de contratos de Permissão (ICPC 01).

### 18.7.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Permissão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Permissão.

### 18.7.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2021 e 2020.

### 18.7.5 Imposto de renda e contribuição social diferido (resultado)

Não houve ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2021 e 2020.

## 18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
<b>Saldos Societário</b>	<b>14.494,61</b>	<b>13.748,85</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>6.092,96</b>	<b>6.733,32</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	14.432,53	14.526,30
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(8.339,57)	(7.792,98)
Lucros / Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas a Disposição da AGO	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Outros Efeitos IFRS	-	-
<b>Saldos Regulatório</b>	<b>20.587,57</b>	<b>20.482,17</b>

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

### 18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
<b>Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>847,83</b>	<b>1.092,16</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(546,59)</b>	<b>(557,36)</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(546,59)	(557,36)
Gastos Diversos da Atividade Vinculada / Outras	-	-
Despesas Operacionais	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido regulatório</b>	<b>301,24</b>	<b>534,80</b>

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2021, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

### 19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERIS;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios e deverão ocorrer nos próximos anos.

### **19.1 Perdas Regulatórias e Realizadas**

No exercício de 2021 a CERIS contabilizou 18,94% de Perdas (Técnicas e não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 18,48%. Durante os próximos anos a CERIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia.

### **19.2 Efeitos da Pandemia Corona Vírus (Covid 19)**

Efeitos Sub Classe Baixa Renda

Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

Nossa concessionária repassou esse benefício aos consumidores amparados por tal normativa.

Conforme cronograma deliberado pela RES 928/2021, as Distribuidoras deveriam voltar realizar a suspensão do fornecimento de Energia Elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de outubro de 2021. A seguir, apresentamos o impacto dessa medida:

<b>Total consumidores*</b>	<b>6414</b>
<b>Qtd de consumidores Residencial baixa renda*</b>	<b>134</b>
<b>Qtd de Consumidores Sub Classe Residencial Baixa Renda, inadimplente*</b>	<b>99</b>
<b>% de consumidores Baixa Renda Beneficiados com a ação*</b>	<b>73,88%</b>

\*Posição out/21, mes do reinício da suspensão.

### **19.3 Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL publicou, em 2021, o Despacho No. 2904, de 17/09/2021, aprovando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022 para todas as Empresas do Setor Elétrico. As modificações, a nível procedimental, deverão ser

implementadas na CERIS a partir do dia primeiro de janeiro de 2022, e, para tanto, ensejará os trabalhos de implantação e alteração de sistemas extracontábeis para seu completo cumprimento.

#### **19.4 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS**

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. A CERIS no ano de 2021 efetuou o levantamento dos montantes de PIS e COFINS recolhidos a maior e repassados a seus consumidores, o que resultou em R\$/Mil 326,12 e protocolou junto à Receita Federal processos PERD/COMP, possibilitando procedimentos para recuperação fiscal dos valores, que após homologação deverá ser submetido à ANEEL para que possamos efetuar a devolução aos consumidores, quer seja em desconto tarifário regulatório, quer seja ao consumidor específico, conforme determinar o Órgão Regulador.

#### **19.5 Bônus Redução Voluntária**

Implantado pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, o Bônus Redução Voluntária de Energia trouxe incentivos financeiros para aqueles que contribuísssem com a economia de energia no período seco da crise hídrica do ano de 2021. A apuração desta economia encerrou-se no dia 31/12/2021, sendo o seu pagamento devido quando do consumo apurado no mês de janeiro/2022. O valor desta bonificação será repostado pelo Fundo da Conta Centralizadora CDE após a comprovação de sua devolução.

#### **20. Formatação Básica das Notas Explicativas**

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 24/03/2021 pela Diretoria, não podendo os senhores Cooperados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



**LAURINDO PEREIRA PINTO**

**Diretor Presidente**



**REGIVALDO DAS VIRGENS SILVA**

**Contador**

**CRC – 1SP198857/O-2**



**CERIS**  
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE**  
**ITAPECERICA DA SERRA**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPEÇERICA DA SERRA - CERIS, pelos seus membros representantes do Conselho Fiscal, abaixo identificados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2021 para os fins previstos no Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem as Demonstrações Contábeis, constatou-se que:

- 1) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- 2) As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa e estão devidamente documentadas;
- 3) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
- 4) O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
- 5) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
- 6) Que os resultados com Atos Cooperados, que apresentaram Sobras no valor de 453.934,50 (Quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), que ficarão à disposição da AGO para deliberação da sua destinação;
- 7) Que os resultados com Atos não Cooperados, que apresentou um lucro no valor de R\$ 178.323,68 (Cento e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), foi devidamente transferidos para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme determina na Lei e na NBC T 10.8;
- 8) Dado o exposto, recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício findo de 2021, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Lourenço da Serra, 23 de fevereiro de 2022.

*MARCO AURÉLIO DA C. SOARES*  
Marco Aurélio da C. Soares  
Conselheiro Fiscal – Coordenador

*Marcelo Eleutério*  
Marcelo Eleutério  
Conselheiro Fiscal - Titular

*Audir Canevari*  
Audir Canevari  
Conselheiro Fiscal - Titular

Avenida Evaristo Delfino Pinto nº 120 – Centro - CEP: 06890-000 - São Lourenço da Serra – SP  
Fone / Fax: 4687-1122  
CNPJ: (MF) 57.384.943/0001-82 - IE: 772.001.301.111



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas “**Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**” e “**Principais Práticas Contábeis Regulatórias**” às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

#### Outros Assuntos

##### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA - CERIS** com data de 16 de fevereiro de 2022.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 22 de abril de 2022.

**MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP**  
**CRC/SC-006351/O**

JOSE HENRIQUE  
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE  
HENRIQUE EYNG:50626590949  
Dados: 2022.04.27 17:47:22 -03'00'

**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**  
**CNAI Nº 638**